

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

19ª Sessão Ordinária de 2024

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 3/12/2024, págs. 1/11)

Data: 10/12/2024

Hora: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 18ª Sessão Ordinária de 2024 (26/11/2024).

PARTE I – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedido de Vista

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2024 (30/04/2024)

- 1) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01014/2023-71
- Requerente: Jacson Luiz Zilio
- Advogados: André Galvão Pereira – OAB/RJ nº 156.129; Maurício Stegemann Dieter – OAB/SP nº 397309
- Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
- Interessados: Coletivo por um Ministério Público Transformador; Instituto de Ciências Penais – ICP
- Advogados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira – OAB/DF nº 65.698; Gustavo Albano Amorim Sobreira – OAB/CE nº 13.552; José de Assis Santiago Neto – OAB/MG nº 102.766
- Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Determinação para a suspensão do protocolo n.º 9.665/2023 de Remoção por Interesse Público, em trâmite no Conselho Superior, e do PAD n.º 008/2023-CGMP, da Corregedoria Geral. Determinação para a publicidade do protocolo n.º 9.665/2023. Reconhecimento do princípio da independência funcional. Pedido liminar.
- Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- Origem: Paraná
- Vista: Cons. Fernando da Silva Comin
Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Pedido de Vista na 10ª Sessão Ordinária de 2024 (18/06/2024)

- 2) Proposição nº 1.00393/2019-23
- Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77 do RICNMP.
- Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedido de Vista na 12ª Sessão Ordinária de 2024 (27/08/2024)

3) Proposição nº 1.00873/2021-72

Requerente: Silvío Roberto Oliveira de Amorim Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação do Art. 17, §1º, da Lei nº 8.429/92, disciplinando o acordo de não persecução cível no âmbito do Ministério Público.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Cons. Fernando da Silva Comin

Pedido de Vista na 14ª Sessão Ordinária de 2024 (24/09/2024)

4) Reclamação Disciplinar nº 1.00655/2023-08 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Sigiloso
Advogada: Fernanda Pereira da Silva – OAB/RJ nº 168336
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Pedido de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2024 (08/10/2024)

5) Reclamação Disciplinar nº 1.01028/2022-40 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrentes: Sigiloso
Advogados: Carlo Huberth Castro Cueva e Luchione – OAB/RJ nº 47698; Michelle Aguiar da Costa – OAB/RJ nº 204603; Alexandre Mendonça Arruda Pontes – OAB/RJ nº 112026; Joaquim Jair Ximenes Aguiar Junior – OAB/DF nº 28424
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF nº 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522; Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF nº 1878A
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Processo com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 6) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)
- Recorrente: Margaret Matos de Carvalho
- Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF nº 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF nº 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF nº 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF nº 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF nº 42.804
- Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar nº 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.
- Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2023 (12/09/2023)

- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00788/2022-40 (Recurso Interno)
- Recorrente: Pedro Paulo Mendes Martins
- Advogados: Luciana Alves de Lima Angelo – OAB/PR nº 56332; Luiz Eduardo Canto de Azevedo Bueno – OAB/PR nº 88950
- Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná
- Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Procedimento de impugnação de vitaliciedade de membro. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação para reintegração do requerente ao cargo de Promotor de Justiça.
- Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
- Origem: Paraná
- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00613/2023-04
- Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público
- Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF nº 34.163
- Requerido: Ministério Público da União
- Objeto: Ministério Público da União. Procuradoria-Geral da República. Pedido de revisão da Portaria PGR/MPU nº 629, de 21 de novembro de 2011, para incluir entre os beneficiários do auxílio pré-escolar os dependentes que possuem deficiência motora. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
- Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2024 (12/03/2024)

- 9) Reclamação Disciplinar nº 1.00065/2023-21 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
- Recorrente: Sigiloso
- Advogados: Maria Luiza Rosa Diniz Rodrigues – OAB/DF nº 56530; Michelangelo Cervi Corsetti – OAB/DF nº 53486
- Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
- Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
- Origem: Goiás

Incluído na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2024 (11/06/2024)

- 10) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00231/2023-44
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
- Advogados: Antonio Pedro Machado – OAB/DF nº 52.908; Shelly Giuleatte Pancieri – OAB/DF nº 59.181; Thiago Fernandes Boverio – OAB/DF nº 22.432
- Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
- Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Reclamação Disciplinar n.º 1.00974/2022-51. Entrevista televisiva na qual se criticou decisão adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de se determinar que o eleitor deva entregar o seu aparelho de telefonia celular ao mesário antes de proceder à votação.
- Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
- Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2024 (13/08/2024)

- 11) Consulta nº 1.01051/2022-07 (Apenso: Processo nº 1.00302/2023-08)
- Requerente: Jarbas Soares Junior
- Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Execução de pena de suspensão a Membro do Ministério Público. Consulta em relação a possíveis efeitos da sanção.
- Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
- Origem: Minas Gerais
- 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01035/2024-04 (Embargos de Declaração)
- Embargantes: Ministério Público do Estado do Piauí; Procuradoria Geral de Justiça/PI
- Embargada: Camila Pinho de Sousa Fontenelle de Araujo
- Advogados: Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800/DF; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673
- Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para Promotor de Justiça Substituto. Requer a suspensão dos efeitos do Edital nº 35 de 2024, por não estender o novo critério de correção da prova discursiva a todos os candidatos aprovados. Requer, ainda, a consequente revisão do edital no que se refere a reclassificação provisória dos candidatos. Pedido de Liminar.
- Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
- Origem: Piauí

Incluídos na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2024 (26/11/2024)

- 13) Avocação nº 1.00793/2024-04 (Embargos de Declaração)
- Embargante: João Alves da Silva Neto
- Embargado: Ministério Público do Estado da Bahia
- Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Pedido de Avocação da Sindicância SIGA nº 57345/2023. Alegação de irregularidades em remoção por merecimento de Promotora de Justiça para a Comarca de Alagoinhas/BA. Pedido de liminar.
- Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
- Origem: Bahia

14) Proposição nº 1.00891/2024-24

Requerente: Cíntia Menezes Brunetta

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição das diretrizes para atuação dos membros, e para o desenvolvimento de políticas pelas unidades do Ministério Público Estadual, pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para a adoção de medidas preventivas em prol da defesa da probidade administrativa, em especial, o incentivo à implantação de Programas de Integridade perante os órgãos da administração pública.

Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Distrito Federal

15) Proposição nº 1.00892/2024-88

Requerente: Cíntia Menezes Brunetta

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição das diretrizes para a elaboração do Programa de Integridade pelos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e revoga a Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 6/2023.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Distrito Federal

16) Proposição nº 1.00893/2024-31

Requerente: Ivana Lucia Franco Cei

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Atribuições das Ouvidorias Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

- 17) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00978/2024-56 (Processo Sigiloso)
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins
Advogado: Alessandro Roges Pereira – OAB/TO nº 2326
Interessado: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins. Sindicância n.º 1.01023/2023-62 e Reclamação Disciplinar n.º 1.00703/2022-05. Descumprimento de prazos legais para manifestação, quebra de sigilo processual e fraude processual.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Tocantins
- 18) Pedido de Providências nº 1.01149/2024-09
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Jailton Jose da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Notícia de Fato nº 1.00929/2024-87. Possível abuso do direito de petição. Possibilidade de aplicação de multa por litigância de má-fé, no valor de 1 (um) salário-mínimo.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal
- 19) Pedido de Providências nº 1.01150/2024-60
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Jailton Jose da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Notícia de Fato nº 1.01055/2024-01. Possível abuso do direito de petição. Possibilidade de aplicação de multa por litigância de má-fé, no valor de 1 (um) salário-mínimo.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal
- 20) Pedido de Providências nº 1.01161/2024-69
- Requerentes: Erica Cristini Ferreira Dias Ildefonso; Ulysses Elie Ildefonso
Requeridos: Eliane Costa de Azevedo; Fernando Hugo Miranda Teles; Procuradoria de Justiça Militar em Rio de Janeiro/RJ; Rafael Martins Liberato de Oliveira; Sergio de Saldanha da Gama Junior
Interessado: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. Irresignação face a arquivamento do PIC n.º 115.2021.000472. Alegação de descumprimento da Resolução CNMP nº 181/2017. Ausência de comunicação referente à promoção de arquivamento.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Rio de Janeiro
- 21) Conflito de Atribuições nº 1.01205/2024-41
- Requerente: Procuradoria Regional do Trabalho 21ª Região/RN
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 001302.2022.21.000/0. Procedimento de Gestão Administrativa 20.23.21080000002/2022-41. Apuração de irregularidade no pagamento de plantões eventuais. Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESAP.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Rio Grande do Norte

Processos desta Sessão (10/12/2024)

- 22) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00029/2021-88
Requerente: Cláudio Soares Lopes
Advogados: Mauro Roberto Gomes de Mattos – OAB/RJ nº 57.739; Flávio Bonazza de Assis – OAB/RJ nº 232.702
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Processo Administrativo Disciplinar Ordinário n. 2017.00455179. Alegação de nulidade. Ausência de requisitos de admissibilidade. Ausência de sentença condenatória criminal e de improbidade administrativa transitada em julgado. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio de Janeiro
- 23) Reclamação Disciplinar nº 1.01068/2023-19 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Sigiloso
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Minas Gerais
- 24) Proposição nº 1.00222/2024-43
Requerente: Ivana Lucia Franco Cei
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Advogados: Raylla Patielle Neres de Castro Braúna – OAB/DF nº 73.456; Samara de Oliveira Santos Leda – OAB/DF nº 23.867; Rodrigo Lobo Mariano – OAB/DF nº 50493
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental que visa revogar o § 3º, do art. 59, do Regimento Interno do CNMP.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Distrito Federal
- 25) Notícia de Fato nº 1.00403/2024-89 (Recurso Interno)
Recorrente: Emanuel Pinheiro da Silva Primo Teixeira
Advogado: Jose Caubi Diniz Junior – OAB/DF nº 29170
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Informa supostas irregularidades na atuação funcional.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Mato Grosso
- 26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00483/2024-45 (Embargos de Declaração)
Embargante: Marcondes Pereira de Oliveira
Embargado: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Editais 04 e 05/2024, para provimento de promotorias de justiça. Alegação de quebra do princípio de alternância nos critérios de provimento. Pedido de liminar.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Piauí

- 27) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00634/2024-47
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná
Interessado: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Processo Administrativo Disciplinar. Manifestação pública indevida utilizando redes sociais (Facebook). Publicações com conteúdo que pode ser tido como político-partidário. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00345/2024-39. Portaria CNMP-CODI/CN nº 25/2024.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Paraná
- 28) Proposição nº 1.00640/2024-77
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação que “Dispõe sobre a fiscalização, pelo Ministério Público, da execução, pelos entes federativos, dos planos de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, nos termos do art. 7º, inciso I, c. c. o art. 8º, inciso II, alínea “a”, ambos da Lei n. 13.756/2018”.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 29) Notícia de Fato nº 1.00817/2024-90 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Advogados: Alexandre Lopes de Oliveira – OAB/RJ nº 81.570; Afonso Destri – OAB/RJ nº 80.602
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público Federal. Informa supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio de Janeiro
- 30) Notícia de Fato nº 1.00870/2024-81 (Recurso Interno)
Recorrente: Frederico Oliveira Alfaix Assis
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Goiás. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Goiás
- 31) Conflito de Atribuições nº 1.00896/2024-00 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Embargado: Procuradoria da República - São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito positivo de atribuições. Procedimento SEI nº 29.0001.0112717.2024-06. Procedimento administrativo visando a apurar o cumprimento de medidas de segurança em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Franco da Rocha.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo

- 32) Conflito de Atribuições nº 1.00960/2024-72
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Procuradoria da República - Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público Federal. Inquérito Civil n. 0046.23.078156-2 (1.25.013.000038/2014-12 MPF). Apuração de irregularidades na conduta de agentes públicos em possível recebimento de vantagem financeira de empresas diversas, integrantes do Anel Integração (contratos de concessão de rodovias no Paraná).
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Paraná
- 33) Notícia de Fato nº 1.00963/2024-33 (Recurso Interno)
Recorrente: Leandro Santos da Silva
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Informa supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Bahia
- 34) Notícia de Fato nº 1.00964/2024-97 (Recurso Interno)
Recorrentes: Agência de Desenvolvimento Econômico Social Amazon; Instituto Ciências Aplicadas, Tecnologia & Inovação-Plenus
Advogado: Giovanni Mascarenhas – OAB/GO nº 55785
Recorridos: Carlos Sérgio Edwards de Freitas; Mara Nóbria Albuquerque da Cunha; Silvana Nobre de Lima Cabral
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado do Amazonas. Informa suposta omissão na adoção das providências de suas atribuições.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Amazonas
- 35) Notícia de Fato nº 1.01052/2024-32 (Recurso Interno)
Recorrente: Malvedil Bomfim Junior
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público Federal. Informa supostas irregularidades nas cláusulas insertas no bojo de Termo de Ajustamento de Conduta.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Bahia
- 36) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01083/2024-20
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE nº 40.495
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Sindicância n. 10.2023.00000147-3. Deslocamento de Promotora de Justiça para outra unidade federativa afim de frequentar congresso, em expediente forense e sem a respectiva autorização do Conselho Superior.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Ceará

- 37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01087/2024-44 (Recurso Interno)
Recorrente: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais - FENAMP
Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF nº 22.256
Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Indeferimento de licença para mandato classista. Anulação da decisão do Procurador-Geral de Justiça nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa nº 19.11.0036.0025144/2024-35 (SEI - 1649852). Determinação de concessão de licença para o exercício de mandato sindical à servidora. Pedido liminar.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Espírito Santo
- 38) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01091/2024-67 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Advogados: Eduardo Kucker Zaffari – OAB/RS nº 42998; Têmis Limberger – OAB/RS nº 24492
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Revisão de Processo Disciplinar. PAD nº 00035.001.413/2021. Reconhecimento da prescrição à pena aplicada de suspensão, nos termos do art. 244, II, da Lei Complementar nº 75/1993.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Sul
- 39) Conflito de Atribuições nº 1.01106/2024-60
Requerente: Procuradoria da República - Pará/Castanhal
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Notícia de Fato n. 1.23.002.000744/2024-30. Possível descumprimento por parte do município de Curuá/PA da Lei Federal n. 14.276/2021, ao não efetuar pagamento a profissionais da educação básica dos valores do FUNDEB, bem como não pagamento do retroativo do piso salarial da educação.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Pará
- 40) Conflito de Atribuições nº 1.01118/2024-11
Requerente: Procuradoria da República - Pernambuco
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Notícia de Fato n. 1.26.000.002276/2024-46. Apuração sobre repasse de valores da Fundação Itaú para Educação e Cultura ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palmares (COMDECA), realizado por força do edital lançado em 2020, bem como as ações implementadas pelo órgão no curso do ano de 2021.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Pernambuco

- 41) Conflito de Atribuições nº 1.01145/2024-94
Requerente: Procuradoria da República - Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo da atribuições. Inquérito Civil nº 1.14.009.000086/2021-82. Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 692.9.169888/2021. Apuração de possíveis ilegalidades praticadas pelo Município de Guanambi no Procedimento de Licitação Inexigibilidade nº 008/2021, que visou a contratação direta de empresa de advocacia.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Bahia
- 42) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01158/2024-08
Requerente: Emanuel Eugenio Alves
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Concurso Público para Provimento do Cargo de Promotor de Justiça Substituto. GEDOC nº 20.14.0001.0003541/2023-64. Alega inconsistência e inobservância dos critérios da proporcionalidade e da alternância no provimento dos cargos destinados às pessoas com deficiência. Descumprimento da Resolução CNMP nº 81/2012. Não cumprimento da reserva de vagas às pessoas com deficiência. Pedido de Liminar.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Mato Grosso
- 43) Notícia de Fato nº 1.01189/2024-97 (Recurso Interno)
Recorrente: Frederico Oliveira Alfaix Assis
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Goiás. Informa supostas irregularidades na promoção de arquivamento de procedimento extrajudicial - Inquérito Policial.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Goiás
- 44) Conflito de Atribuições nº 1.01203/2024-34
Requerente: Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Procuradoria da República - Pará/Castanhal
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ministério Público Federal no Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.23.001.000117/2019-41. Inquérito Civil - SAJ nº 06.2022.00000092-7. Apuração de supostas fraudes na contratação de empresa para fornecimento de produtos e prestação de serviços. Prefeitura do Município de Itupiranga/PA.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Pará
- 45) Conflito de Atribuições nº 1.01204/2024-98
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Procuradoria da República - Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Preparatório nº 1.14.013.000155/2022-70. Notícia de Fato NF IDEA nº 003.9.247896/2024. Apuração de possíveis irregularidades na contratação de pessoa jurídica em decorrência do Credenciamento nº FMS-001-2018. Prefeitura do Município de Caravelas/BA.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Bahia

46) Conflito de Atribuições nº 1.01206/2024-03

Requerente: Procuradoria da República - Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Ação Civil Pública nº 5003837-79.2023.4.02.5108. Apuração de irregularidades em eleição de determinadas entidades para a composição como membros efetivos do Conselho Municipal de Saúde do Município de Cabo Frio/RJ.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Rio de Janeiro

47) Conflito de Atribuições nº 1.01213/2024-89

Requerente: Procuradoria da República - São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.004.000815/2024-09. Procedimento MPSP nº 43.0713.0002233/2024-9. Apuração de supostas irregularidades praticadas no Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais (CNPEM), organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Município de Campinas/SP.
Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: São Paulo

48) Conflito de Atribuições nº 1.01225/2024-30

Requerente: Procuradoria da República - São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.010.000531/2024-25. Procedimento MPSP 0443.0000160/2024. Apuração de possível prática de crime contra o meio ambiente com a destruição 0,06 hectares de vegetação nativa mediante a construção de uma casa de 0,0025 hectares (25 m²), impedindo a regeneração natural. Município de São Simão/SP.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: São Paulo

49) Revisão de Decisão do Conselho nº 1.01254/2024-10

Requerente: Thawan Mayco Gregorio de Souza
Advogado: Daniel Rebello Baitello – OAB/DF nº 24.622
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Pedido de revisão de decisão em sede de Recurso Interno em Notícia de Fato n. 1.00456/2024-72, que condenou requerente em litigância de má fé ao pagamento de multa. Pedido de desconstituição da multa aplicada.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Distrito Federal

50) Conflito de Atribuições nº 1.01255/2024-74

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Processo TJSP nº 1503482-86.2024.8.26.0050. Processo TJSC nº 5004691-62.2022.8.24.0064. Apuração de prática do crime de tráfico de drogas.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Santa Catarina

51) Pedido de Providências nº 1.01261/2024-02

Requerente: Clemente Sissinio Anezio da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Irresignação face ao arquivamento da Notícia de Fato n. NF nº 0007.0004835/2024. Alegação de conduta irregular por parte de defensor dativo.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público